PETROBRAS

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

CNPJ Nº 04.207.640/0001-28 – (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Prezados Acionistas, A Administração da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. (doravante "PB-LOG" ou "Companhia") submete à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, as quais estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. As informações do Relatório da Administração estão apresentadas em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2021 representou para a PB-LOG a consolidação do seu posicionamento estratégico, focando na prestação de serviços logísticos de apoio à operação de Upstream, com reconhecida posição competitiva em custo, prontidão e flexibilidade operacional. O resultado do exercício premiou um esforço integrado de todos os nossos colaboradores, com comprometimento e competência, em articulação com nossos parceiros, clientes e fornecedores, sempre visando maiores níveis de operação e segurança. A segurança é prioridade para todo o Sistema Petrobras e, em 2021, nossas operações logísticas alcançaram uma taxa de acidentados registráveis (TAR) de 0,33 acidentados/milhão de homens-hora, um decréscimo de 40% em relação a 2020 e de 39% em relação ao limite de alerta para esse indicador. Já nosso Lucro Líquido auferido no exercício, de R$ 1.403, que representa a eficiência e a escala das nossas operações, será integralmente distribuído ao Acionista sob forma de dividendos. Ao longo de 2021 desenvolvemos com nossos clientes um modelo comercial de serviços de Controle de Emergência à operação offshore, com a assinatura de contratos para atendimentos a Ativos exploratórios e em Produção no regime de Partilha de Produção. Em todas as linhas de serviço, assinamos em todo ano um total de 21 novos contratos e/ou aditivos que incrementaram nossa posição contratual em R$ 3.300. No ambiente de gestão contratual, buscamos ação tempestiva na contratação/cessão de frota para atendimento às nossas demandas de serviço, sempre em colaboração para uma adequada gestão do Pool logístico do Sul-Sudeste e às necessidades das operações de E&P da Petrobras. Ademais, priorizamos a diligência nas medições contratuais. Houve evolução nos controles de atendimento às obrigações assessórias, com mitigação de exposição contratual e a regularização de saldos e provisões com clientes e fornecedores. Tivemos também um ano de evolução na gestão corporativa, com robustecimento da análise e controle de Riscos Empresariais e de Integridade, na elaboração de ferramentas de controles e governança e na implementação do Programa Mais Valor para apoio à cadeia de fornecedores. Ademais, em continuidade às ações de preservação de caixa e redução de custos e despesas iniciadas junto com a pandemia de COVID-19 em 2020, adotamos neste último ano o modelo híbrido de teletrabalho, otimizamos a estrutura organizacional e propiciamos a mudança para um novo escritório, mais adequado a essa nova realidade, o que nos tornou mais eficientes e ágeis em nossas operações. A PB-LOG busca a melhoria contínua dos seus processos e a garantia de altos padrões de segurança, eficiência, ética e integridade, certa de que ainda possui importantes iniciativas de gestão para atender às demandas e expectativas de seus clientes em um ambiente de rápidas e constantes mudanças. Agradecemos a todos os nossos stakeholders pela cooperação ao longo do ano 2021 e reafirmamos que continuaremos envidando esforços para alcançar novos desafios e objetivos em 2022.

A Administração

SOBRE ESTE DOCUMENTO

O presente Relatório da Administração visa atender aos normativos vigentes, como a Lei nº 6.404/76, e segue as recomendações do Parecer de Orientação CVM nº 15, de 28 de dezembro de 1987, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Este relatório reflete a realidade da Companhia e as informações nele contidas são de inteira responsabilidade de seus administradores, não tendo sido objeto de auditoria. Além disso, as informações financeiras contidas nesse relatório foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Este documento pode conter previsões que refletem apenas expectativas dos nossos administradores. Os termos "antecipa", "acredita", "espera", "prevê", "pretende", "planeja", "projeta", "objetiva", "deverá", bem como outros termos similares, visam a identificar tais previsões, as quais, evidentemente, envolvem riscos e incertezas previstos ou não pela Companhia e, consequentemente, não são garantias de nossos resultados futuros. Portanto, os resultados futuros das nossas operações podem diferir das atuais expectativas, e o leitor não deve se basear exclusivamente nas informações aqui contidas.

PERFIL CORPORATIVO

A PB-LOG: Desde a sua constituição, a PB-LOG estabeleceu a sua sede na cidade do Rio de Janeiro, atuando prioritariamente na logística de suporte offshore e em atividades inerentes às operações de E&P, provendo bens e serviços necessários às atividades de seus clientes. A Companhia tem concentrado suas operações em Consórcios operados pela Petrobras em todo o território nacional. A abrangência da sua infraestrutura e a disponibilidade de recursos proporcionam a agilidade no atendimento de operações complexas. Suas bases, estrategicamente posicionadas junto às grandes bacias produtoras, permitem à PB-LOG ofertar um amplo rol de serviços integrados.

VISÃO, MISSÃO E VALORES

Visão

Ser reconhecida como referência competitiva na prestação de serviços de exploração e produção.

Missão

Gerar valor para os nossos stakeholders com excelência em serviços de exploração e produção com alto padrão de segurança, de forma competitiva e sustentável.

Valores

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Fundada em novembro de 2012, a PB-LOG é uma Sociedade Anônima de capital fechado e subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

PLANO ESTRATÉGICO

O Plano Estratégico (PE) apresenta expectativas de longo prazo da PB-LOG e estabelece (i) o conjunto de cenários prováveis que podem interferir no ambiente de negócios, e (ii) os preceitos e orientações do Acionista a serem seguidos para consecução dos objetivos empresariais. Assim, este documento explicita as principais metas a serem alcançadas e os recursos necessários para a consecução dos objetivos nos próximos cinco anos. O Plano Anual de Negócios (PAN) detalha o primeiro ano do PE, estabelecendo compromissos de curto prazo, essenciais para o alcance das metas de longo prazo. Assim, os diretores da Companhia acompanham, mensalmente, a execução do PAN, por meio de Reuniões de Análise Crítica (RACs). Nessas reuniões, a equipe técnica avalia o desempenho da empresa em relação ao PAN e acompanha as perspectivas do mercado e define eventuais correções ou ações necessárias para o alcance de seus objetivos.

MODELO DE NEGÓCIO

A PB-LOG tem por modelo de negócio e foco a atuação integrada em serviços de logística, visando o atendimento em prontidão, com flexibilidade e baixo custo para as operações dos consórcios de E&P operados pela Petrobras. **Logística integrada**: A PB-LOG está capacitada a fornecer serviços de logística integrada para atender todas as demandas típicas de unidades marítimas de produção ou exploração. Através de uma vasta gama de serviços que vão desde a armazenagem e transporte marítimo de cargas, passando por serviços portuários, transporte aéreo, marítimo e o controle de emergência com equipes treinadas para estes eventos. A PB-LOG integra todos os modais logísticos da cadeia de E&P, promovendo uma operação otimizada em seus diversos elos. **Serviços de Poços**: Aproveitando-se de sua cadeia logística com presença nos principais polos de E&P nacional, a Companhia proveu em 2021 os serviços de perfuração, completação, estimulação, além de serviços de manutenção (*workover*) de poços. **Engenharia Submarina**: A Companhia também proveu serviços de instalação, manutenção e descomissionamento de instalações submarinas, serviços de ancoragem, instalação de linhas de produção e inspeção de equipamentos com a utilização de embarcações especializadas.

GESTÃO E SUPORTE AO MODELO DE NEGÓCIO

Estratégia: No intuito de suportar o seu modelo de negócio, a PB-LOG projeta aprimorar-se nas atividades de Apoio Logístico e Apoio Marítimo, consolidando sua vocação na logística offshore, de modo a ampliar a prestação de serviços para os seus clientes nesta área.

Governança Corporativa: A Companhia desenvolve os seus negócios orientada pelas melhores práticas de Governança Corporativa, zelando pelo seu objeto social e pautando o seu comportamento dentro dos princípios da transparência, equidade, ética e responsabilidade.

Administração: A Administração da PB-LOG está composta da seguinte forma: **Assembleia Geral** - É o órgão deliberativo máximo da Companhia, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto social, bem como para tomar resoluções que julgar convenientes à defesa do desenvolvimento da Companhia. **Conselho Fiscal** - O Conselho Fiscal da Companhia foi instalado em 2018, composto por três membros, cujo escopo de atuação se encontra definida nos termos do Estatuto Social da PB-LOG e nas melhores práticas de Governança Corporativa. **Diretoria Executiva** - É o órgão responsável pela execução e operacionalização da Companhia e das diretrizes, orientações e estratégia estabelecidas pela Assembleia Geral. É composta por três membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e um Diretor de Operações. No ano 2021, foi extinta a posição de Diretor Corporativo e Financeiro, com realocação de algumas atividades diretamente ao Diretor Presidente e, ademais, foi constituída a nova posição de Diretor Financeiro. **Auditoria Interna** - A Auditoria Interna tem a função de assessorar a Diretoria Executiva no exercício do controle das principais operações da Companhia, além de atender às demandas dos órgãos de controle e fiscalização (como TCU, CGU, Agências Reguladoras, dentre outros) com foco no fortalecimento dos controles internos e na mitigação dos riscos, buscando o alinhamento dos processos às diretrizes emanadas pela Petrobras. O Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) é aprovado pela Diretoria Executiva e compreende a agenda de trabalhos da Auditoria Interna, observados os critérios de materialidade, relevância e criticidade. O resultado dos trabalhos é formalizado em relatórios específicos que são encaminhados para a gerência auditada, para o Diretor Presidente da PB-LOG e para o Diretor ao qual a área esteja subordinada. Os trabalhos concluídos também são informados, trimestralmente, ao Conselho Fiscal e ao Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras. **Comitê de Auditoria Estatutário** - Constituído em 2018, o Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras (CAE Conglomerado), órgão estatutário de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Petrobras, é regulado de acordo com seu Regimento Interno e pelas regras previstas na legislação e demais regulações brasileiras – especialmente pela Lei 13.303/16, de 30 de junho de 2016 e pelo Decreto 8.945/16, de 27 de dezembro de 2016. O CAE Conglomerado tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração da Petrobras, para apreciação das matérias que serão objeto de orientação para as Sociedades do Conglomerado Petrobras, bem como assessorar a Assembleia de Acionistas, o Conselho de Administração (quando houver) ou a Diretoria Executiva destas Sociedades. Dentre as matérias de apreciação do CAE Conglomerado, cabe mencionar: (i) a qualidade, transparência e integridade das demonstrações financeiras; (ii) a efetividade dos processos de controles internos para a produção de relatórios financeiros; (iii) a atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e dos auditores internos; (iv) o gerenciamento de riscos; (v) as transações com partes relacionadas; (vi) os cálculos e resultados atuariais dos planos e benefícios mantidos pela Fundação Petrobras de Seguridade Social (PETROS), e; (vii) a adequação das ações de prevenção e combate à fraude e corrupção.

Conformidade, Ética e Integridade: A PB-LOG está sujeita às diretrizes, normas e padrões que se aplicam à Petrobras e suas participações societárias e utiliza-se de toda a estrutura de Segurança da Informação da sua *holding*. Todas as operações conduzidas pela PB-LOG são realizadas observando os princípios do Código de Conduta Ética, no âmbito da Petrobras e suas participações societárias, bem como outras normas e orientações internas, formalmente aprovadas, que definem com clareza os princípios éticos e os compromissos de conduta, que norteiam suas ações, aos quais estão submetidos todos os seus empregados, fornecedores e prestadores de serviços. Com base nas melhores práticas de Governança e Conformidade, a Diretoria Executiva da PB-LOG adota, desde 2015, o Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção - PPPC. As práticas contábeis da Companhia estão adequadas aos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e por normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com aplicação a partir de 2010. Estes pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, aos quais as práticas contábeis foram alinhadas, estão convergentes ao IFRS (International Financial Reporting Standards), constituído por normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Administração da PB-LOG monitora estas práticas por meio da Gerência de Gestão Contábil de Empresas, na sua controladora.

Relacionamento com Partes Interessadas: As decisões internas da PB-LOG que envolvam partes relacionadas respeitam a legislação aplicável e as melhores práticas do mercado, tendo como premissa a isonomia nas relações contratuais, zelando pelos interesses da Companhia e de seu acionista controlador. Os gestores da Companhia conduzem suas ações em obediência às políticas e diretrizes vigentes para a Petrobras e suas participações societárias, no que diz respeito a qualquer transação com partes relacionadas. A exemplo da Petrobras, o sistema de controles internos da PB-LOG observa o atendimento dos requisitos estabelecidos nas seguintes regulamentações: · Lei 12.846 de 01 de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira; · Lei 13.303 de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; · *Foreign Corrupt Practices Act 1977* (FCPA), lei federal dos Estados Unidos da América (USA); e · *UK Bribery Act 2010*, lei anticorrupção do Reino Unido. A Companhia realiza negócios com responsabilidade e respeito aos seus fornecedores e clientes, proporcionando segurança operacional e jurídica em todas as atividades desenvolvidas. O relacionamento com Auditorias Externas, entidades estatais pertencentes à administração direta e/ou indireta, aqui abrangendo Agências Reguladoras e órgãos de controle, pauta-se em práticas de transparência e espírito de colaboração.

Canal Denúncia: O Canal de Denúncia Petrobras, ao qual a PB-LOG aderiu em 2016, está disponível para os públicos interno e externo, 24 horas por dia, para receber denúncias de fraude, corrupção, favorecimento, assédio moral e sexual e outras irregularidades, que podem ser entendidas como ações ou omissões contrárias à lei ou aos preceitos do Código de Conduta Ética e que possam causar dano à PB-LOG, Petrobras e suas participações societárias, aos empregados, acionistas e demais públicos de interesse.

Gestão de Recursos Humanos: A Companhia possui seu quadro de funcionários composto por profissionais cedidos da Petrobras, estando todos sujeitos às mesmas regras, direitos e deveres estabelecidos pela Petrobras.

Gestão de Riscos: A gestão integrada e proativa de riscos é fundamental para a entrega de resultados de maneira segura e sustentável, sendo liderada pela Diretoria Executiva da PB-LOG de forma a garantir que as medidas necessárias para o alinhamento entre o apetite ao risco e as estratégias da Companhia sejam executadas e monitoradas continuamente. Conforme definido em seu Estatuto Social, a PB-LOG compartilha o seu processo de gestão de riscos com a Petrobras, permitindo a padronização e aderência metodológica das análises de riscos, nos termos do estabelecido pela Lei 13.303/2016. Nosso sistema de gestão de riscos está plenamente alinhado e coerente com o nosso Plano Estratégico, sendo os riscos considerados em todas as decisões estratégicas da Companhia e a gestão sempre realizada de maneira integrada, aproveitando os benefícios inerentes à escalabilidade e integração com a Petrobras. Os riscos empresariais aos quais a PB-LOG está exposta são classificados em quatro agrupamentos a saber: (i) Financeiro; (ii) Conformidade, Legal e Regulatório; (iii) Operacional, e; (iv) Negócio. A Política de Gestão de Riscos Empresariais estabelece diretrizes gerais e responsabilidades, tendo como base os seguintes princípios fundamentais: *A vida deve ser respeitada em toda sua diversidade e os direitos, as obrigações, as instalações, os processos, as informações, a reputação e a imagem da Companhia resguardados contra ameaças decorrentes de ações intencionais ou não. A gestão de riscos está alinhada e coerente com o Plano Estratégico da Companhia. A gestão de riscos insere-se no compromisso da Companhia de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos nas jurisdições onde atua. Os riscos devem ser considerados em todas as decisões e a sua gestão deve ser realizada de maneira integrada, levando em conta os benefícios inerentes à diversificação. As ações de resposta devem considerar as possíveis consequências cumulativas de longo prazo, os possíveis impactos nos nossos stakeholders e devem ser orientadas para a preservação ou agregação de valor e para a continuidade dos negócios.*

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

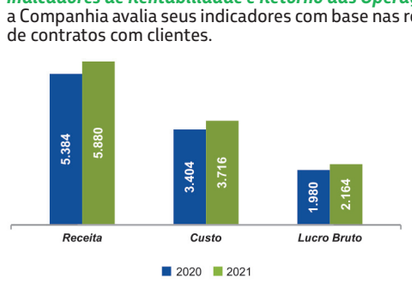
Cenário Macroeconômico: As mais atuais projeções estimam um crescimento de cerca de 4,5% do PIB brasileiro em 2021, após uma queda de 4,1% em 2020, resultado do início da pandemia de COVID-19. Em um ano de recuperação, a economia teve altos e baixos, em consequência, principalmente, da segunda onda da pandemia, avanço da vacinação e escalada da inflação. No tocante ao segmento de E&P no Brasil, o boletim de conjuntura da Indústria de Óleo & Gás da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), destaca que no segundo semestre de 2021, com o avanço do cronograma de vacinação e consequente melhora nos indicadores da pandemia, reaqueceu a atividade econômica e a demanda por combustíveis. Por outro lado, o dólar mais alto e o aumento dos preços internacionais do petróleo, além de proporcionar recorde na arrecadação e distribuição de royalties e participação especial oriundos da indústria de petróleo e gás natural. Neste cenário e, com o avanço dos investimentos em E&P pela Petrobras, a PB-LOG manteve a sua operacionalidade e diversificou a sua atuação em 2021 com nova modalidade contratual de serviço de Controle de Emergência, contribuindo na geração de valor com a otimização de recursos e redução de custos operacionais e administrativos.

Desempenho Operacional: O desempenho operacional da PB-LOG tem forte correlação com as práticas e prioridades estabelecidas pela Petrobras e seus consorciados. Desta forma, a Companhia concentrou suas atividades na região Sudeste, principalmente nas bacias de Campos e de Santos, onde se encontram os principais ativos de exploração e produção. Em 2021, a PB-LOG manteve contratos para prestação de serviços logísticos integrados com os consórcios BM-S-11, BM-S-09, Libra, Papa Terra, Albacora Leste, Roncador e Tartaruga Verde, além dos novos contratos celebrados com os consórcios Yba, Monai e Mairarê. Também adicionou ao portfólio contratos para prestação de serviços de controle de emergência de SMS para os consórcios de Entorno de Sapinhoá, Aram, Três Marias, Dois Irmãos, Alto de Cabo Frio Central, Mero 2 e 3 e Búzios. Quanto aos contratos de Serviços de Poços, foram prestados serviços para o consórcio de Roncador, contrato finalizado em julho, além dos contratos com Tartaruga Verde, Serviços Complementares e Estimulação de Poços com Libra, tendo este último sido finalizado em dezembro. Na área de Engenharia Sumarina, a PB-LOG manteve contratos com Libra, Tartaruga Verde e Roncador. O sucesso em 2021, em relação à diversificação da carteira de clientes e ao alongamento de prazos contratuais, foi reflexo da disciplina operacional e das ações de redução de custos empreendidas pela Companhia. O quadro, a seguir, mostra o aumento de atividades em todos os segmentos.

	2021	2020
Logística Integrada (atendimento unidades/ano)	32	32
Controle de Emergência (atendimento unidades/trimestre*)	15	–
Serviços de Poços (operações/ano)	33	24
Engenharia Submarina (operações/ano)	1.061	944

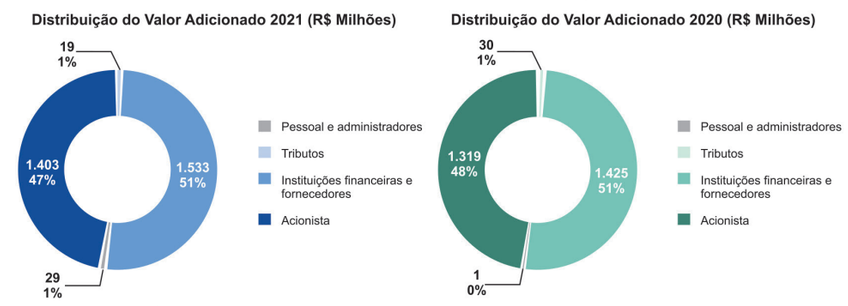
(*) Último trimestre com a entrada mais efetiva dos contratos de Controle de Emergência.

Indicadores de Rentabilidade e Retorno das Operações: **Destaque dos Resultados de 2021**: Para fins de comparação, a Companhia avalia seus indicadores com base nas receitas e custos sem os efeitos do CPC 47, que versa sobre receitas de contratos com clientes.



Apesar dos reflexos da saída do segmento de Serviços de Poços, houve um incremento (i) da receita líquida em 9% (R$ 5.880 em 2021, frente a R$ 5.384 em 2020); e (ii) do lucro bruto em 9% (R$ 2.164 em 2021, frente a R$ 1.980 em 2020). Este resultado é reflexo da atuação da Companhia em atividades de maior valor agregado em Logística Integrada e na redução de custos, levando ao crescimento de 8 p.p. na margem bruta do referido segmento (43% em 2021, frente a 35% em 2020). Neste cenário e adicionado ao maior volume de atividade no segmento de Engenharia Submarina, foi possível cobrir a queda no segmento de Serviços de Poços, mantendo a margem bruta da Companhia no mesmo patamar de 2020 de 37%. Os resultados alcançados refletiram-se nos principais indicadores de performance da Companhia, todos auferidos acima da meta, destacando-se: (1) o NOPAT (Net Operating Profit After Taxes) atingiu R$ 1.394 (meta de R$ 893); (2) a geração FCO (Fluxo de Caixa Operacional), atingiu R$ 1.232 (meta R$ 877); e (3) os gastos com DG&A (Despesas Gerais e Administrativas), que reduziram 37% em relação à meta de R$ 23,6.

Demonstração do Valor Adicionado e Remuneração ao Acionista: Em 2021, as atividades da PB-LOG geraram R$ 2.984 em riqueza à sociedade, um aumento de 8% quando comparado ao valor adicionado pela companhia no exercício de 2020. De cada R$ 1,00 de receita obtida pela PB-LOG no ano, R$ 0,59 foi distribuído entre diferentes stakeholders: os colaboradores (remuneração e benefícios), o governo (tributos), terceiros (juros pagos a instituições financeiras e aluguéis) e o acionista (dividendos), conforme demonstrado abaixo. No tocante aos tributos, destacamos o crescimento dos recolhimentos desta natureza no ano de 2021, os quais totalizaram R$ 706,5 (aproximadamente 61% em relação ao exercício anterior), sendo R$ 504,7 tributos federais e R$ 201,8 tributos municipais.



Nossa remuneração ao Acionista tem como princípios, dentre outros, estabelecer as regras e procedimentos relativos à máxima distribuição de proventos por meio de Dividendos e/ou Juros sobre Capital Próprio (JCP), de maneira transparente e de acordo com as normas legais e estatutárias. A proposta de remuneração ao acionista relativa ao exercício de 2021, que será encaminhada pela Administração à aprovação da Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2022, no montante de R$ 1.403 (R$ 1.319 em 2020) contempla o dividendo obrigatório no percentual de 25% e dividendos adicionais de 75% do lucro líquido ajustado.

PERSPECTIVAS

O cenário macroeconômico para os próximos anos se apresenta na expectativa das eleições que se aproximam, que podem ensejar ou não mudanças no cenário político do país. Porém, considerando que as atividades de E&P em águas profundas seguem ritmo próprio, ditado por investimentos com objetivos de médio a longo prazo, o setor deve manter o seu dinamismo e experimentar um crescimento com a entrada de novas unidades de produção. Neste contexto, a Petrobras prevê investimentos no montante de US$ 68 bilhões para os próximos 5 anos, dos quais US$ 57,3 bilhões estão direcionados para o segmento de Exploração e Produção (E&P). Assim, com os investimentos previstos e com a aproximação da PB-LOG na prestação de serviços complementares às necessidades de serviços logísticos para atendimento das operações da Petrobras, podem surgir oportunidades de negócio adicionais para a Companhia. Para tanto, a Companhia seguirá suas ações de otimização operacional, garantindo sua competitividade, agregando valor aos seus serviços e reafirmando o seu modelo de negócio. Para que as ações de otimização sejam sustentáveis no longo prazo, a Companhia manterá seu Programa de Conformidade, em consonância com as práticas e conceitos adotados pela Petrobras. Destaca-se que o Programa apresenta as melhores práticas de prevenção à corrupção e reforça os valores relacionados a ética e transparência. Assim, o Programa prevê ações (e.g. treinamentos e divulgação de padrões) para melhoria contínua de suas práticas de conformidade e fortalecimento de sua cultura de integridade.

PLANO ESTRATÉGICO 2022-2026

O PE 22-26 reflete a continuidade do reposicionamento estratégico da Companhia, estabelecendo como prioridade a prestação de serviços em logística integrada, dando maior foco no seu principal eixo de atuação com o intuito de explorar melhor a atividade na qual a Companhia possui grande expertise e vantagem competitiva, mantendo as atividades relacionadas a serviços de poços e de engenharia submarina naqueles clientes onde a PB-LOG possui contratos em vigor. Este reposicionamento tem reflexo direto na queda da curva de receita nos próximos anos.

Demonstração do Resultado - Plano Estratégico (*)	R$ milhões	Margem
Receita Líquida	11.091	
Custo do Serviço Prestado	(7.196)	
Lucro Bruto	*3.895*	*35%*
Despesas Gerais e Administrativas	(134)	
Despesas Tributárias	(5)	
Outras Despesas Operacionais	(110)	
Lucro Operacional	*3.646*	*33%*
Resultado Financeiro	129	
LAIR	*3.775*	
IR/CSLL	(1.284)	
Lucro Líquido	*2.491*	*22%*

(*) Sem efeito do CPC 47.

Para o primeiro ano do PE, estabeleceu-se como métricas de topo a serem acompanhados na gestão do negócio os seguintes indicadores:

	Unidade	Meta	Tipo
Fluxo de Caixa Operacional	R$ mil	768.673	Maior-Melhor
Net Operating Profit After Taxes (NOPAT)	R$ mil	769.091	Maior-Melhor

AUDITORES INDEPENDENTES

As Demonstrações Financeiras da PB-LOG dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas. Não foram, nos respectivos exercícios, contratados serviços dos auditores que pudessem afetar a independência dos auditores em relação à Companhia.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria Executiva declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no relatório dos Auditores Independentes, emitido em 11 de março de 2022, sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2022.

A Administração

Rodrigo Valle Real
Diretor Presidente

Giselle Pacheco Tinoco
Diretora de Operações

Reynaldo Lopes Carvalho Sobrilho
Diretor Financeiro

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br

PETROBRAS

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

CNPJ Nº 04.207.640/0001-28 – (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		1	1
Contas a receber de clientes, líquidas	5	481.071	714.331
Contas a receber FIDC	5	353.276	1.054.809
Despesas antecipadas		936	–
Imposto de renda, contribuição social e outros	11	40.646	64.975
		875.930	**1.834.116**
Não Circulante			
Contas a receber de clientes, líquidas	5	45.947	47.353
Imposto de renda, contribuição social e outros	11	66.459	57.849
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	11.142	6.713
Depósitos judiciais	10	40.002	38.730
Imobilizado	6	1.997	184
		165.547	**150.829**
Total		**1.041.477**	**1.984.945**

Passivo	Nota	2021	2020
Circulante			
Fornecedores	7	494.891	844.313
Arrendamentos mercantis	8	109	593
Imposto de renda, contribuição social e outros	11	86.602	133.858
Dividendos a pagar	12	–	490.204
Outras contas e despesas a pagar		6.021	6.331
		587.623	**1.475.299**
Não Circulante			
Arrendamentos mercantis	8	1.950	110
Provisão para processos judiciais e administrativos	10	75.025	62.973
Outras contas e despesas a pagar		1.783	1.126
		78.758	**64.209**
Patrimônio Líquido	12		
Capital social		249.391	249.391
Reserva legal		49.880	49.880
Dividendos adicionais propostos		75.825	146.166
		375.096	**445.437**
Total		**1.041.477**	**1.984.945**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receita de serviços	**15**	**4.217.471**	**4.217.190**
Custo dos serviços prestados	18	(2.053.855)	(2.237.679)
Lucro Bruto		**2.163.616**	**1.979.511**
Receitas (despesas)			
Gerais e administrativas	18	(14.972)	(19.503)
Tributárias	18	(5.450)	(4.836)
Reversão de perda no valor recuperável de contas a receber		–	158
Outras receitas (despesas), líquidas	17	(31.182)	(58.230)
		(51.604)	(82.411)
Resultado antes do resultado financeiro		**2.112.012**	**1.897.100**
Resultado financeiro líquido	16	13.117	97.783
Receitas financeiras		41.776	98.293
Despesas financeiras		(28.659)	(510)
Lucro antes dos impostos		**2.125.129**	**1.994.883**
Imposto de renda e contribuição social corrente	11.4	(726.700)	(683.508)
Imposto de renda e contribuição social diferido	11.4	4.429	7.676
Lucro líquido do exercício		**1.402.858**	**1.319.051**
Lucro básico e diluído por ação (em milhares de R$)		0,59	0,56

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	1.402.858	1.319.051
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**1.402.858**	**1.319.051**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	**3.162.458**	**299.271**	**192.794**	**–**	**3.654.523**
Capitalização da reserva legal	249.391	(249.391)	–	–	–
Redução de capital social	(3.162.458)	–	–	–	(3.162.458)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	1.319.051	1.319.051
Dividendos adicionais pagos de 2019	–	–	(192.794)	–	(192.794)
Dividendos intermediários pagos (1T-2020)	–	–	–	(263.415)	(263.415)
Dividendos intermediários pagos (2T-2020)	–	–	–	(412.487)	(412.487)
Dividendos intermediários e JCP	–	–	–	(496.983)	(496.983)
Dividendos adicionais propostos de 2020	–	–	146.166	(146.166)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**249.391**	**49.880**	**146.166**	**–**	**445.437**
Saldos em 1º de janeiro de 2021	**249.391**	**49.880**	**146.166**	**–**	**445.437**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	1.402.858	1.402.858
Dividendos adicionais pagos de 2020	–	–	(146.166)	–	(146.166)
Dividendos intermediários pagos (1T-2021)	–	–	–	(344.061)	(344.061)
Dividendos intermediários pagos (2T-2021)	–	–	–	(355.824)	(355.824)
Dividendos intermediários pagos (3T-2021)	–	–	–	(300.000)	(300.000)
Dividendos intermediários pagos (4T-2021)	–	–	–	(327.148)	(327.148)
Dividendos adicionais propostos de 2021	–	–	75.825	(75.825)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**249.391**	**49.880**	**75.825**	**–**	**375.096**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	1.402.858	1.319.051
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas		
Depreciação e amortização	103	2.750
Amortização de direito de uso - recuperação de PIS/COFINS	(6)	(349)
Perdas de créditos esperadas	–	(158)
Provisão para processos judiciais e administrativos	13.476	15.635
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(4.429)	(7.676)
Encargos financeiros, variação monetária sobre arrendamentos	30	244
Variações monetárias não realizadas	25.381	(7.397)
Rendimentos com recebíveis de ativos financeiros	(29.944)	(69.540)
Resultado na baixa de ativos de direito de uso/ arrendamentos	(43)	252
Redução (aumento) nos saldos ativos		
Contas a receber	234.666	(103.530)
Impostos a recuperar	17.503	121.795
Outros ativos	(994)	1.002
(Redução) aumento nos saldos passivos		
Fornecedores	(377.411)	147.468
Impostos e contribuições a recolher	199.318	195.019
Imposto de renda e contribuição social pagos	(246.575)	(127.075)
Outros passivos	(1.076)	(526)
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	**1.232.857**	**1.486.965**
Atividades de Investimento		
Aplicações em ativos financeiros	(5.779.243)	(5.057.800)
Resgate em ativos financeiros	6.510.337	7.613.290
Recursos líquidos gerados pelas atividades de investimentos	**731.094**	**2.555.490**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de arrendamentos mercantis	(548)	(4.525)
Redução de capital	–	(3.162.458)
Pagamento de dividendos e JCP	(1.963.403)	(875.476)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamento	**(1.963.951)**	**(4.042.459)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	–	(4)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	5
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**1**	**1**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	2021	2020
Receitas		
Prestação de serviços e outras receitas	5.029.056	4.964.090
	5.029.056	4.964.090
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia, serviços de terceiros e outras despesas	(2.087.142)	(2.284.560)
	(2.087.142)	(2.284.560)
Valor adicionado bruto	**2.941.914**	**2.679.530**
Depreciação e amortização	(103)	(2.750)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**2.941.811**	**2.676.780**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras - Inclui variações monetárias e cambiais ativas	41.776	98.293
Valor adicionado total a distribuir	**2.983.587**	**2.775.073**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e administradores		
Salários e encargos	18.534	29.658
	18.534	**29.658**
Tributos		
Federais	1.351.064	1.255.780
Municipais	186.201	176.981
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.429)	(7.676)
	1.532.836	**1.425.085**
Instituições financeiras e fornecedores		
Juros, variações cambiais e monetárias	28.659	510
Despesas de aluguéis	700	769
	29.359	**1.279**
Acionistas		
Dividendos	1.327.033	1.172.885
Lucros retidos	75.8251.	146.166
	1.402.858	**1.319.051**
Valor adicionado distribuído	**2.983.587**	**2.775.073**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES: A Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. ("Companhia" ou "PB-LOG") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro. Constituída em 21 de novembro de 2000, a Companhia iniciou suas operações em 2 de janeiro de 2001, sob o nome de Alberto Pasqualini - REFAP S.A. Desde 1968 a refinaria funcionava como unidade operacional da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. Em 1° de novembro de 2012, foi aprovada, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a reforma integral do seu Estatuto Social, modificando-se, dentre outros aspectos, a sua denominação e objeto social, passando, a partir daquela data, a denominar-se Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. ("PB-LOG"), cujo objeto social sofreu alterações para possibilitar o provimento de serviços logísticos para operações de exploração e de produção de petróleo e gás natural no Brasil, além da atividade de navegação de apoio marítimo e serviços correlatos. A Companhia mantém transações relevantes com a Controladora Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e segue o plano de negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto. As atividades operacionais da Companhia estão relacionadas à prestação de serviços de logística integrada e de apoio marítimo, além de construção de poços marítimos e engenharia submarina. **1.1. Destaques do exercício**: Em virtude da pandemia do Coronavírus (COVID-19), declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, a Companhia adotou e segue com providências para preservar a saúde de seus colaboradores, bem como proporcionar maior prevenção ao contágio em suas áreas operacionais e administrativas. A Companhia segue acompanhando a evolução do Coronavírus e avaliando a necessidade de novas medidas, alinhada ao seu acionista controlador. Não houve impactos materiais nas demonstrações financeiras do exercício em função dos efeitos da COVID-19. Em 2021, a PB-LOG destaca as seguintes operações: (i) Nos serviços de Logística, além da continuidade na prestação de serviços aos clientes, destacam-se a assinatura de contratos em nova modalidade operacional de Combate à Emergência, principalmente em Libra e Búzios e a ampliação de vínculos contratuais com ativos exploratórios e Roncador. Ademais, cabe destacar a revisão de custos operacionais, possibilitando uma atuação mais competitiva e rentável à empresa. (ii) Nos serviços de Poços, destacam-se as operações de perfuração de Poços em Roncador. Em Libra foram executados serviços complementares e estimulação de poços. (iii) Nos serviços de Engenharia Submarina os destaques foram a desmobilização do SPA-1 e mobilização do SPA-2 no FPSO Pioneiro de Libra, com pico das operações entre agosto e novembro de 2021, além da interligação do Poço ESP-23 no FPSO Campos dos Goytacazes, através do Contrato com o ativo BM-C-36, ocorrida entre agosto e dezembro de 2021. No exercício de 2021, não houve ocorrência de receitas ou custos decorrentes de políticas públicas no âmbito da PB-LOG, vinculado ao interesse público na sua controladora Petróleo Brasileiro S.A.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), que estão convergidas com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas conforme Nota explicativa 3 – Sumário das principais práticas contábeis. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva da Companhia em 10 de março de 2022. **2.1. Demonstração do valor adicionado**: A Demonstração do Valor Adicionado – DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação**: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Novas normas e interpretações**: ***International Accounting Standards Board (IASB)*** Os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2021.

Norma	Descrição	Data de vigência
Annual Improvements to IFRS® Standards 2018-2020	As emendas alteram requerimentos relacionados a: controlada como adotante inicial dos IFRS (IFRS 1-First-time Adoption of International Financial Reporting Standards); taxas a serem consideradas para avaliar o desreconhecimento de um passivo financeiro (IFRS 9-Financial Instruments); e fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo (IAS 41-Agriculture). Adicionalmente, as emendas alteram determinado exemplo ilustrativo contido no IFRS 16-Leases.	1º de janeiro de 2022
Reference to the Conceptual Framework - Amendments to IFRS 3	As emendas atualizam determinada referência no IFRS 3 à estrutura conceitual mais recente, bem como inclui requerimentos adicionais relativos a obrigações no escopo dos pronunciamentos IAS 37 - Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets e IFRIC 21-Levies. Adicionalmente, as emendas orientam que o comprador não deve reconhecer ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.	1º de janeiro de 2022
Onerous Contracts - Cost of Fulfilling a Contract - Amendments to IAS 37	Estabelece alterações no IAS 37-Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets para esclarecer o que compreende os custos de cumprimento de um contrato para avaliar se um contrato é oneroso.	1º de janeiro de 2022
Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use - Amendments to IAS 16	As alterações no IAS 16-Property, Plant and Equipment proíbem deduzir do custo do imobilizado valores recebidos pela venda de itens produzidos antes da colocação do ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração.	1º de janeiro de 2022
Classification of Liabilities as Current or Non-current - Amendments to IAS 1	As emendas no IAS 1-Presentation of Financial estabelecem requerimentos para classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	1º de janeiro de 2023
IFRS 17 – Insurance Contracts and Amendments to IFRS 17 Insurance Contracts	O IFRS 17 substitui o IFRS 4-Insurance Contracts e estabelece, entre outras coisas, os requisitos que devem ser aplicados no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação relacionados aos contratos de seguro e de resseguro.	1º de janeiro de 2023
Disclosure of Accounting Policies - Amendments to IAS 1 and Practice Statement 2	Em substituição ao requerimento de divulgação de políticas contábeis significativas, as emendas ao IAS 1 Presentation of Financial Statements estabelecem que políticas contábeis devem ser divulgadas quando forem materiais. Entre outras coisas, a emenda provê orientações para determinar tal materialidade.	1º de janeiro de 2023
Definition of Accounting Estimates - Amendments to IAS 8	De acordo com as emendas ao IAS 8, a definição de "mudança na estimativa contábil" deixa de existir. Em substituição, foi estabelecida definição para o termo "estimativas contábeis": valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração.	1º de janeiro de 2023
Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction - Amendments to IAS 12	As alterações reduziram o escopo da isenção de reconhecimento de ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos contidas nos parágrafos 15 e 24 do IAS 12 Income Taxes de modo que não se aplique mais a transações que, entre outras coisas, no reconhecimento inicial, dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.	1º de janeiro de 2023

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br

PETROBRAS

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

CNPJ Nº 04.207.640/0001-28 – (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Quanto aos normativos que entrarão em vigor a partir de 01/01/2023, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações contábeis. ***Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)***: O CPC emite pronunciamentos e intepretações tidos como análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. As emendas das IFRS contidas acima não foram emitidas pelo CPC até 31/12/2021. A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31/12/2021, bem como os IFRS equivalentes:

Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC Nº 19	*Annual Improvements to IFRS® Standards 2018 - 2020* *Reference to the Conceptual Framework - Amendments to IFRS 3* *Onerous Contracts - Cost of Fulfilling a Contract - Amendments to IAS 37* *Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use - Amendments to IAS 16*	1º de janeiro de 2022
Pronunciamento Técnico CPC 50	*IFRS 17 - Insurance Contracts*	1º de janeiro de 2023

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: As práticas contábeis para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas abaixo das respectivas notas explicativas e são consistentes com as políticas contábeis adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores. As notas que apresentam práticas contábeis são: · 6. Imobilizado; · 8. Arrendamentos mercantis; · 10. Processos judiciais e contingências - Processos judiciais provisionados; · 11. Tributos; · 15. Receita de vendas de contratos com clientes. **3.1. Instrumentos financeiros:** ***a. Reconhecimento e mensuração inicial:*** Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos. ***b. Classificação e mensuração subsequente:*** No reconhecimento inicial, ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou ao valor justo por meio do resultado (VJR) com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: · Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; · Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e · Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, os ganhos e as perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***c. Desreconhecimento***: *Ativos financeiros*: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. *Passivos financeiros*: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***d. Redução ao valor recuperável (impairment)***: Provisão para perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos. Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão será reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda). *Aumento significativo do risco de crédito*: Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a Companhia compara o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial. Para tal, a Companhia utiliza, entre outros, os seguintes indicadores: alteração significativa real ou esperada na classificação de crédito externa do instrumento financeiro e informações sobre atrasos nos pagamentos. Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário. A Companhia assume que o risco de crédito de instrumento financeiro não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando o instrumento financeiro possui baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação. *Definição de inadimplência (default)*: A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento financeiro, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias. *Mensuração e reconhecimento de perdas de crédito esperadas*: Perda de crédito esperada é a média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à Companhia e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original. ***e. Apresentação***: Provisões para *impairment* sobre ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos tendo como contrapartida ganhos ou perdas no resultado.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados. A seguir são apresentadas informações apenas sobre estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia. **4.1. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências**: A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões fiscais, cíveis, trabalhistas e ambientais decorrentes do curso normal das suas operações, bem como das operações da refinaria Alberto Pasqualini - REFAP S.A., cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela PB-LOG com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração. Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema. Especificamente para ações trabalhistas de terceirizados, a Companhia estima a perda esperada através de um procedimento estatístico em virtude do volume de ações com características similares. Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Companhia, nova jurisprudência, alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos. Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentados na nota explicativa 10. **4.2. Perdas de crédito esperadas**: A provisão de perdas de crédito esperadas (PCE) para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. Para tal, a Companhia utiliza julgamentos nessas premissas, além de informações sobre atrasos nos pagamentos e avaliações do instrumento financeiro com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação. Informações sobre a PCE são apresentados na nota explicativa nº 5. **4.3. Tributos diferidos sobre o lucro**: A Companhia realiza julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. A movimentação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos estão apresentados na nota explicativa nº 11.

5. CONTAS A RECEBER

	2021	2020
Partes relacionadas (Nota 9)	527.020	761.684
Clientes - Terceiros	261	263
Recebíveis de ativos financeiros - FIDC (a)	353.276	1.054.809
	880.557	1.816.756
Perdas de crédito esperadas (PCE)	(263)	(263)
	880.294	**1.816.493**
Circulante	834.347	1.769.140
Não Circulante (b)	45.947	47.353

a. Recebíveis de ativos financeiros: Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é um fundo exclusivo da Petrobras e suas controladas e destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por suas subsidiárias e controladas. Os recursos aplicados no FIDC-NP são classificados na categoria de valor justo por meio de resultado e tiveram rendimento de 4,40% em 2021 (2,77% em 2020). Redução em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2020 refere-se substancialmente à utilização para pagamentos de distribuição de dividendos feitos pela PB-LOG em 2021. **b. Contas a receber de longo prazo** Referem-se aos valores a serem ressarcidos pela Petrobras frente às perdas prováveis com processos judiciais originados das atividades operacionais oriundas da REFAP, conforme detalhado na nota explicativa nº 10. A composição de contas a receber com partes relacionadas está detalhada na nota explicativa nº 9.

6. IMOBILIZADO

	2021	2020
Equipamentos e instalações de escritório	3	4
Direitos de uso	1.994	180
	1.997	**184**

Com a adoção do CPC 06 (R2) - Arrendamentos, a Companhia reconheceu, em 1º de janeiro de 2019, os ativos de direito de uso em contrapartida a um passivo de financiamento. **6.1. Prática contábil**: O Imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição, que representa os custos para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e da perda por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável. Os bens do imobilizado relativos ao direito de uso são depreciados pelo método linear com base no prazo contratual.

7. FORNECEDORES

	2021	2020
Terceiros no país	132.314	156.638
Partes relacionadas (Nota 9)	362.577	687.675
	494.891	**844.313**

A redução no saldo de Partes relacionadas em comparação a 31 de dezembro de 2020 decorre principalmente de Termos para Encerramento de Pendências assinados com a Petrobras, cujos pagamentos foram efetuados em 2021.

8. ARRENDAMENTOS MERCANTIS

Os arrendamentos mercantis incluem, embarcação de apoio operacional e edificação administrativa. A movimentação dos contratos de arrendamento reconhecidos como passivos está demonstrada a seguir:

Saldo em 2020	Novos contratos	Encerramento antecipado	Pagamentos de principal e juros	Encargos incorridos no período	Saldo em 2021
703	1.916	(43)	(548)	31	2.059
Circulante					109
Não Circulante					1.950

8.1. Prática contábil: A classificação contábil das operações de arrendamento mercantil operacional tem como base normativa o CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Os passivos de arrendamento, incluindo aqueles cujos ativos subjacentes de baixo valor, são mensurados pelo valor presente dos pagamentos dos arrendamentos, geralmente descontados à taxa incremental nominal sobre empréstimos da Companhia, visto que as taxas de juros implícitas nos contratos de arrendamento com terceiros normalmente não podem ser prontamente determinadas. Remensurações no passivo de arrendamento geralmente refletem alterações oriundas de índices ou taxas contratuais, bem como dos prazos dos arrendamentos devido a novas expectativas de prorrogações ou rescisões do arrendamento. Os juros incorridos atualizam o passivo de arrendamento e são classificados como despesas financeiras, enquanto os pagamentos reduzem o seu valor contábil. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo (prazo de 12 meses ou menos) são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do contrato.

9. PARTES RELACIONADAS: 9.1. Transações comerciais e outras operações: A Companhia possui política de Transações com Partes Relacionadas do Sistema Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

	Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras	Petrobras Transporte S.A. Transpetro	Petrobras Biocombustível S.A. PBIO	Petrobras Negócios Eletrônicos S.A.	2021	2020
Ativo:						
Circulante						
Contas a receber						
Empresas ligadas	480.845	228	–	–	481.073	714.331
Não circulante	–	–	–	–	–	–
Contas a receber	–	–	–	–	–	–
Empresas ligadas	45.947	–	–	–	45.947	47.353
	526.792	**228**	**–**	**–**	**527.020**	**761.684**
Passivo						
Circulante						
Fornecedores						
Empresas ligadas	362.351	–	226	–	362.577	687.675
Arrendamento mercantil	109	–	–	–	109	89
Dividendos	–	–	–	–	–	490.204
Não circulante	–		–	–	–	–
Arrendamento mercantil	1.950	–	–	–	1950	110
	364.410	**–**	**226**	**–**	**364.636**	**1.178.078**
Resultado						
Receita líquida por prestação de serviços	4.215.873	1.598	–	–	4.217.471	4.217.189
Custos dos serviços prestados	(655.743)	–	(44)	–	(653.787)	(729.141)
Compartilhamento de gastos administrativos	(2.558)	–	(927)	–	(3.485)	(2.336)
Outras despesas	(6.304)	–	109	(17)	(6.212)	(6.533)
	3.551.268	**1.598**	**(862)**	**(17)**	**3.551.987**	**3.479.179**

Os saldos com partes relacionadas são oriundos, principalmente, das atividades operacionais da Companhia para a prestação de serviços de logística integrada, construção de poços e engenharia submarina. **9.2. Receita líquida de prestação de serviços**: Referem-se a contratos para prestação de serviços de construção de poços marítimos e apoio logístico. O principal cliente da PB-LOG é a Petrobras, na condição de operadora dos consórcios de E&P, correspondendo à totalidade da receita dos serviços prestados. **9.3. Remuneração da administração da companhia**: A remuneração dos membros da Diretoria Executiva da Companhia foi objeto de deliberação da Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. Foi deliberada a fixação do montante global de limite máximo anual da remuneração da Diretoria Executiva nos valores de R$ 6.186, válido para o período compreendido entre abril de 2021 e março de 2022 e R$ 6.422 para o mesmo período em 2020. Em 2021, a remuneração, incluindo gratificações, dos membros da Diretoria Executiva foi de R$ 3.672 (R$ 2.439 em 2020), referente a 1 Diretor Presidente, 1 Diretor Corporativo e Financeiro e 1 Diretora de Operações. A maior realização em 2021 deve-se, principalmente à ocupação integral das posições de Diretor Presidente e Diretor de Operações, diferente de 2020 em que houve vacância parcial das posições de Diretor Presidente e Diretor de Operações. **9.4. Remuneração variável**: ***Programa de prêmio por performance - PPP***: Em 2021, a Diretoria Executiva da PB-LOG aprovou novo Programa de Prêmio por Performance (PPP) para o ano, que alinhado ao Plano Estratégico da Companhia, valorizará a meritocracia e trará flexibilidade para um cenário em que a Companhia busca mais eficiência e alinhamento às melhores práticas de gestão. O montante estimado de desembolso dependerá de determinados fatores, tais como desempenho individual dos empregados e resultado das áreas, além das métricas de desempenho da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021 há provisão de R$ 3.707 (R$ 4.738 em 2020) em relação ao PPP.

10. PROCESSOS JUDICIAIS E CONTINGÊNCIAS: **10.1. Processos judiciais provisionados**: A Companhia constituiu provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e confiavelmente estimáveis. As principais ações se referem a: · Processos fiscais: Referem-se, principalmente, à não homologação de compensações de tributos federais e municipais, além de autos de infração lavrados em razão de divergência entre entendimentos das autoridades fiscais (Federal e Municipal) e da Companhia; · Processos trabalhistas, destacando-se: (i) Revisão da metodologia de apuração do complemento de remuneração mínima por nível e regime; (ii) Diferenças de cálculo dos reflexos das horas extras nos repousos semanais remunerados; (iii) Ações individuais de terceirizados com pleito de verba rescisórias entre outros; e · Processos cíveis: Pincipalmente contratos de afretamento. Os valores provisionados são os seguintes:

	2021	2020
Passivo não circulante		
Tributária	35.806	35.144
Trabalhista	10.141	12.209
Cível	29.078	15.620
	75.025	**62.973**
Saldo inicial	**62.973**	**50.764**
Adições (Baixas) líquidas		
Tributária	662	494
Trabalhista	(2.068)	(192)
Ambiental	–	(399)
Cível	13.458	12.306
Saldo final	**75.025**	**62.973**

Exceto pelos processos de natureza cível que estão relacionados às atividades da PB-LOG, os demais processos judiciais com expectativa de perda provável são oriundos das atividades operacionais da REFAP, para os quais existe um acordo contratual de ressarcimento pela Petrobras. Desta forma, foi constituído contas a receber no ativo não circulante no montante de R$ 45.947 (R$ 47.353 em 31 de dezembro de 2020). Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das causas correspondentes:

	2021	2020
Ativo não circulante		
Trabalhista	59	84
Tributária	39.943	38.646
	40.002	**38.730**
Saldo inicial	**38.730**	**37.438**
Adições	1.978	807
Atualizações	1.273	900
Reversões	–	(1)
Baixas	(1.979)	(414)
Saldo final	**40.002**	**38.730**

10.2. Processos judiciais não provisionados: Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos. Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais, em 31 de dezembro de 2021, para os quais a probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	2021	2020
Fiscais	74.199	72.285
Trabalhistas	19.150	18.201
Cível	106.495	86.863
Ambiental	229	206
	200.073	**177.555**

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza fiscal, trabalhista, cível e ambiental, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível:

Descrição dos processos de natureza fiscal	Estimativa
Autor: União Federal	
1) Auto de Infração para cobrança de PIS/COFINS decorrente de glosa de créditos. Situação atual: Foi apresentado recurso voluntário que ainda está pendente de julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).	16.046
2) Auto de infração visando a cobrança de contribuição previdenciária sobre a parcela paga aos empregados da REFAP a título de Participação nos Lucros e Resultados. Situação atual: Recurso Voluntário provido pelo CARF e ainda pendente de publicação.	9.110
3) Auto de infração para cobrança de CSLL e IRPJ decorrente da glosa do aproveitamento de ágio em operações societárias. Situação atual: Foi apresentado recurso voluntário que ainda está pendente de julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).	48.264
Outros processos de natureza fiscal	779
Total de processos de natureza fiscal	**74.199**
Descrição dos processos de natureza trabalhista	**Estimativa**
Autor: DIVERSOS - Pessoa física	
1) Reclamação trabalhista em virtude da remuneração mínima (RMNR). Situação atual: No Supremo Tribunal Federal, o Ministro Relator do Recurso Extraordinário, em 28/07/2021, decidiu monocraticamente de maneira favorável, reformando a decisão do Pleno do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Atualmente o julgamento dos recursos interpostos pelo autor da ação e por diversos *amicus curiae* em face da referida decisão do Ministro Relator está em andamento, com 3 votos favoráveis ao reconhecimento da validade do acordo coletivo de trabalho livremente firmado. Considerando que o último Ministro a se manifestar pediu vista, o julgamento foi suspenso aguardando a apresentação do voto do Ministro Vistor.	12.288
2) Demais processos trabalhistas envolvendo os temas de terceirização, previdência complementar e outros. Situação atual: Os processos encontram-se em fase de conhecimento ou grau de recurso.	6.862
Total de processos de natureza trabalhista	**19.150**
Descrição dos processos de natureza cível:	**Estimativa**
Autores: Pessoas Jurídicas	
1) Pleito indenizatório oriundo de contratos de afretamento de embarcações. Situação atual: Acórdão em grau de apelação desfavorável à PB-LOG, passível de recurso.	3.265
2) Pleito de anulação de deduções em contrato de afretamento de embarcação. Situação atual: Deferida liminar para evitar descontos pela PB-LOG em contrato. Recurso contra a liminar interposto, pendente de julgamento.	1.908
3) Pleitos indenizatórios oriundo de contrato de serviços de logística. Situação atual: Processo encontra-se em fase de conhecimento sem prolação de decisão.	101.318
Outros processos de natureza cível	4
Total de processos de natureza cível	**106.495**
Descrição dos processos de natureza ambiental:	**Estimativa**
Autores: Autoridades Governamentais	
1) Infrações em discussão a respeito de danos ambientais *onshore*. Situação atual: Processos encontram-se aguardando decisão administrativa.	229

10.3. Prática contábil: As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Ativos e Passivos contingentes não são reconhecidos. No entanto, passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

11. TRIBUTOS: 11.1. Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a recuperar e a recolher

	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Imposto de Renda e Contribuição Social	185	22.587	–	–	40.003	80.488
PIS/COFINS	40.347	42.275	66.459	57.849	258	16.508
Imposto Sobre Serviços	–	–	–	–	29.391	23.017
Outros	114	113	–	–	16.950	13.845
	40.646	**64.975**	**66.459**	**57.849**	**86.602**	**133.858**

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br

PETROBRAS

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

CNPJ Nº 04.207.640/0001-28 – (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

O imposto de renda e a contribuição social serão recuperados no curso das atividades operacionais da Companhia. **11.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos**: A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Provisão para processos judiciais	Programas de Remuneração	Outros	Total
Em 1º de janeiro de 2020	(2)	–	(962)	(964)
Reconhecido no resultado do período	5.311	2.064	302	7.677
Em 31 de dezembro de 2020	5.309	2.064	(660)	6.713
Reconhecido no resultado do período	4.578	(63)	(86)	4.429
Em 31 de dezembro de 2021	9.887	2.001	(746)	11.142
Impostos diferidos ativos	–	–	–	9.402
Impostos diferidos passivos	–	–	–	(2.689)
Em 31 de dezembro de 2020	–	–	–	6.713
Impostos diferidos ativos	–	–	–	14.232
Impostos diferidos passivos	–	–	–	(3.090)
Em 31 de dezembro de 2021	–	–	–	11.142

11.3. Prática contábil: A Companhia utiliza de julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas contidas no Plano de Negócios e Gestão (PNG) para o conglomerado Petrobras, que anualmente é aprovado pela Diretoria. Esse plano contém as principais premissas que suportam a mensuração dos lucros tributáveis futuros. **11.4. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro**: A reconciliação dos impostos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	2021	2020
Lucro contábil antes dos tributos	**2.125.129**	**1.994.883**
Alíquota fiscal nominal	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social pela alíquota fiscal nominal	**722.544**	**678.260**
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	(303)	(2.069)
Outros	30	(359)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	**722.271**	**675.832**
Alíquota efetiva	34%	34%

A seguir, a composição da despesa do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro:

	2021	2020
Corrente	726.700	683.508
Diferido	(4.429)	(7.676)
Total de despesa de imposto de renda e contribuição social	**722.271**	**675.832**

11.5. Prática contábil: As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. ***a. Imposto de renda e contribuição social correntes***: O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se as alíquotas vigentes no final do exercício que está sendo reportado. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de quitar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***b. Imposto de renda e contribuição social diferidos***: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, ao final do exercício que está sendo reportado, aplicando-se as alíquotas vigentes nesse exercício. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos quando existe direito à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada exercício futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: **12.1. Capital social**: Em 31 de dezembro de 2019 o capital subscrito e integralizado era no montante de R$ 3.162.458. Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 30 de abril de 2020, foi aprovada a capitalização de parte da reserva legal no montante de R$ 249.391 e a redução de capital social no montante de R$ 3.162.458, que foi liquidada financeiramente em 21 de agosto de 2020. Desta forma, o capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R$ 249.391, sendo composto por 2.360.959.993 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **12.2. Participação acionária:** O capital social da Sociedade é controlado em 100% pela empresa Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. **12.3. Reserva de lucros**: ***Reserva legal***: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **12.4. Dividendos**: Quando proposta pela Companhia, a remuneração aos acionistas ocorre sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. Os dividendos foram aprovados e pagos conforme demonstrado:

	Aprovação	Data pagamento	Valor
Dividendos intermediários relativos ao resultado apurado no 4º trimestre de 2020	DE em 30 de novembro de 2021	26 de fevereiro de 2021	490.204
Dividendos adicionais propostos relativos ao resultado do exercício de 2020	AGO em 30 de abril de 2021	31 de maio de 2021	146.165
Dividendos intermediários relativos ao resultado apurado no 1º trimestre de 2021	DE em 29 de abril de 2021	30 de junho de 2021	144.061
Dividendos intermediários relativos ao resultado apurado no 2º trimestre de 2021	DE em 23 de setembro de 2021	30 de setembro de 2021	355.824
Dividendos intermediários relativos ao resultado apurado no 3º trimestre de 2021	DE em 26 de novembro de 2021	30 de novembro de 2021	300.000
Dividendos intermediários relativos ao resultado apurado no 4º trimestre de 2021	DE em 16 de dezembro de 2021	29 de dezembro de 2021	327.148

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 os dividendos estão assim demonstrados:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício:	1.402.858	1.319.051
Lucro básico para determinação do dividendo	1.402.858	1.319.051
Dividendos Propostos		
Dividendos intermediários	1.327.033	1.166.106
Juros sobre capital próprio - aprovados em AGE - 23/12/2020	–	6.779
Dividendos adicionais propostos	75.825	146.166
	1.402.858	**1.319.051**

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: **13.1. Instrumentos financeiros**: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhar permanentemente as condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. Não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Companhia. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e estão demonstradas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, conforme detalhado a seguir:

	2021	2020
Ativo		
Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	1
Contas a receber, líquidas	481.071	714.331
Contas a receber - FIDC	353.276	1.054.809
	834.348	1.769.141
Não circulante		
Contas a receber, líquidas	45.947	47.353
Depósitos judiciais	40.002	38.730
	85.949	86.083
	920.297	**1.855.224**
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	494.891	844.313
	494.891	**844.313**

O principal ativo financeiro da empresa é classificado na categoria Contas a Receber, não derivativo, com pagamentos fixos ou determináveis, e que não possui a característica de negociação em mercados organizados. **13.2. Mensuração dos instrumentos financeiros**: Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis. O Contas a Receber - FIDC, conforme divulgação em nota explicativa 5 (a), está mensurado pelo seu valor justo por meio do resultado.

14. GERENCIAMENTO DE RISCOS: A gestão da Companhia é realizada por seus Diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas. As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: **14.1. Risco cambial**: O gerenciamento dos riscos cambiais é feito de forma corporativa pela controladora Petrobras, que busca identificá-los e tratá-los de forma integrada, visando garantir alocação eficiente dos recursos destinados à proteção patrimonial. **14.2. Risco de taxa de juros**: Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas relativos às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia segue as orientações corporativas para as empresas do Sistema Petrobras. **14.3. Risco de crédito**: A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada, principalmente, pelo saldo do contas a receber que, por sua vez, é atenuado por possuir como principal cliente a sua controladora Petrobras. O vencimento dos recebíveis concedidos na data das demonstrações financeiras era:

	2021	2020
Recebíveis		
A vencer	527.018	761.684
Vencidos há mais de 30 dias	263	263
	527.281	**761.947**

A Companhia não apresenta saldos significativos em atraso e histórico relevante de perdas por inadimplência. A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de contas a receber são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez. **14.4. Risco de liquidez**: O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros a valores nominais, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Valor Contábil	Fluxo de Caixa contratual
Em 31 de Dezembro de 2021		
Passivos financeiros não derivativos		
Fornecedores	132.314	132.314
Partes relacionadas	362.577	362.577
Total	**494.891**	**494.891**

	Valor Contábil	Fluxo de Caixa contratual
Em 31 de Dezembro de 2020		
Passivos financeiros não derivativos		
Fornecedores	156.638	156.638
Partes relacionadas	687.675	687.675
Total	**844.313**	**844.313**

14.5. Valor justo dos ativos e passivos financeiros: Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	31.12.2021		31.12.2020	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e Equivalentes de caixa	1	1	1	1
Contas a receber - ativos financeiros "FIDC"	353.276	353.276	1.054.809	1.054.809

15. RECEITA DE SERVIÇOS: A receita da Companhia está substancialmente concentrada em operações com o seu acionista controlador Petrobras, na condição de operadora dos consórcios de E&P. Abaixo apresentamos a composição da receita na demonstração de resultado do exercício:

	2021	2020
Receita Bruta de Serviços	**5.022.588**	**4.961.607**
ISS	(186.201)	(176.981)
PIS	(110.401)	(101.218)
COFINS	(508.515)	(466.218)
	4.217.471	**4.217.190**

15.1. Prática contábil: Os principais contratos com clientes da Companhia envolvem a prestação de serviços de logística integrada, construção de poços e engenharia submarina. A Companhia identifica os contratos com clientes que serão objeto de reconhecimento de receitas e avalia em cada um deles quais são as promessas que podem ser consideradas como obrigações de performance. Obrigações de performance são cada promessa de transferir ao cliente: · Bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto; ou · Série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente. A Companhia reconhece receitas quando ou à medida que seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o controle do serviço prometido ao cliente. O serviço é considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtém controle dele. A Companhia mensura a receita pelo valor da contraprestação à qual espera ter direito em troca das transferências dos serviços prometidos ao cliente. A contraprestação prometida em contratos com os clientes pode incluir valores fixos, valores variáveis ou ambos.

16. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2021	2020
Receitas Financeiras		
Juros e receitas	38.812	90.851
Variações monetárias ativas	2.964	7.442
	41.776	**98.293**
Despesas Financeiras		
Juros	(283)	(221)
Despesas com passivos de arrendamento	(30)	(244)
Variações monetárias passivas (a)	(28.346)	(45)
	(28.659)	**(510)**

(a) A variação em relação ao exercício de 2020 refere-se a principalmente ao montante de R$ 27.988 de atualização monetária de ressarcimento à Petrobras.

17. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) LÍQUIDAS

	2021	2020
Despesas com perdas e provisão para processos judiciais	(13.476)	(15.793)
Despesas com ociosidade de embarcações	(5.177)	(30.439)
Multas contratuais (a)	5.116	(5.600)
Remuneração variável, prêmio por desempenho e PLR	(4.042)	(5.089)
Baixa de ativos de direito de uso/arrendamento	43	(252)
Ressarcimento créditos tributários (b)	(13.905)	–
Outras receitas, líquidas	259	(1.057)
	(31.182)	**(58.230)**

(a) Multas contratuais aplicadas em empresas prestadoras de serviços e provisão multas de clientes. (b) Refere-se a ressarcimento à Petrobras de créditos tributários a recuperar oriundos das atividades da REFAP S.A. para o qual existe um acordo contratual.

18. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

	2021	2020
Despesas com pessoal cedido (administrativo)	(10.480)	(14.696)
Outras despesas administrativas	(988)	(1.276)
Compartilhamento de gastos com a controladora (administrativo)	(3.483)	(2.336)
Depreciação e amortização (administrativo)	(21)	(1.196)
Despesas tributárias	(5.450)	(4.836)
Afretamentos de embarcações e aeronaves	(1.383.858)	(1.351.920)
Serviços logísticos	(591.861)	(783.107)
Operações terrestres	(52.606)	(37.144)
Despesas com pessoal cedido (operacional)	(5.385)	(5.272)
Compartilhamento de gastos com a controladora (operacional)	(661)	(28.910)
Depreciação e amortização (operacional)	(76)	(1.554)
Outros custos operacionais	(19.408)	(29.771)
	(2.074.277)	**(2.262.018)**
Na demonstração de resultado:		
Despesas Gerais e Administrativas	(14.972)	(19.503)
Despesas Tributárias	(5.450)	(4.836)
Custos dos Serviços Prestados	(2.053.855)	(2.237.679)
	(2.074.277)	**(2.262.018)**

19. EVENTOS SUBSEQUENTES: RMNR - Remuneração Mínima por Nível e Regime de Trabalho: Em fevereiro de 2022 foi iniciado o julgamento dos agravos interpostos pelo autor e diversos *amicus curiae*. Atualmente o julgamento encontra-se em andamento na Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, com 3 votos favoráveis, confirmando que o entendimento prevalecente é no sentido de reconhecer a validade do acordo coletivo de trabalho livremente firmado entre as empresas e os sindicatos. Considerando que o último Ministro a se manifestar pediu vista, o julgamento foi suspenso aguardando a apresentação do voto do Ministro Vistor. Informações adicionais sobre o assunto estão apresentadas na nota explicativa 10.2.

DIRETORIA EXECUTIVA

RODRIGO VALLE REAL
Diretor Presidente

REYNALDO LOPES CARVALHO SOBRINHO
Diretor Financeiro

GISELLE PACHECO TINOCO
Diretora de Operações

EDUARDO SEIXAS - Contador - CRC/RJ 087203/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores e aos acionistas da **Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.** - Rio de Janeiro - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. ("Companhia" ou "PB-LOG"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à PB-LOG, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase: Chamamos a atenção para o fato de que parte substancial das operações da Companhia, referente a receita e correspondentes custos dos serviços prestados, é realizada com seu acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, conforme descrito na Nota Explicativa nº 9 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado: A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração da PB-LOG, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada às demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a PB-LOG continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da PB-LOG. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da PB-LOG. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2022

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. - PB-LOG**, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou os seguintes documentos emitidos pela PB-LOG relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021: I - Relatório da Administração, II - Demonstrações Financeiras, e III - Proposta de Distribuição de Dividendos. Com base nos exames efetuados, considerando as práticas contábeis adotadas no Brasil, as informações prestadas pela Administração e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas pela KPMG Auditores Independentes, datado de 11 de março de 2022, o Conselho Fiscal opina que os documentos apresentados estão em condições de serem deliberados pela Assembléia Geral Ordinária d Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.. Os Conselheiros Fiscais declaram não conhecer quaisquer outros eventos que possam afetar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2022.

Walber Monteiro de Almeida
Presidente do Conselho Fiscal

Mariana Schirmer de Paula Couto
Conselheira

Renato da Motta Andrade Neto
Conselheiro

ICP Brasil

MONITOR MERCANTIL
SA:27897172000166
2022.04.01 17:28:04 -03'00'

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br